

Como o Assédio Moral afeta a saúde do trabalhador e da trabalhadora?

Em novembro, nós servidores municipais participaremos da II Jornada pelo Trabalho Decente, promovida pela FETAMCE e seus sindicatos, cujo tema focará as implicações dos problemas nos locais de trabalho que afetam a saúde do trabalhador, como no caso do Assédio Moral. Diante disso, o Sindsep apresenta nesta matéria o que é e como se desenvolve esse tipo de assédio e quer saber a sua opinião e seus relatos sobre o tema.

O ASSÉDIO MORAL

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Governo Federal, conceitua o assédio moral como "toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e freqüentemente, fira a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho".

As condutas mais comuns, dentre outras, são: instruções confusas e imprecisas ao(à) trabalhador(a); dificultar o trabalho; atribuir erros imaginários ao(à) trabalhador(a); exigir, sem necessidade, trabalhos urgentes; sobrecarga de tarefas; ignorar a presença do(a) trabalhador(a), ou não cumprimentá-lo(a) ou, ainda, não lhe dirigir a palavra na frente dos outros, deliberadamente; fazer críticas ou brincadeiras de mau gosto ao(à) trabalhador(a) em público; impor horários injustificados; retirar-lhe, injustificadamente, os instrumentos de trabalho; agressão física ou verbal, quando estão sós o(a) assediador(a) e a vítima; revista vexatória; restrição ao uso de sanitários; ameaças; insultos; isolamento.

IMPLICAÇÕES NA SAÚDE

A humilhação prolongada, um dos efeitos do assédio, vai revelando uma das formas mais poderosa de violência sutil nas relações organizacionais. Sua reposição se realiza

'invisivelmente' nas práticas perversas e arrogantes das relações autoritárias na empresa e sociedade. A humilhação repetitiva e prolongada leva as pessoas à conviver com depressão, palpitações, tremores, distúrbios do sono, hipertensão, distúrbios digestivos, dores generalizadas, alteração da libido e pensamentos ou tentativas de suicídios que configuram um cotidiano sofrido. É este sofrimento imposto nas relações de trabalho que revela o assédio moral.

COMO SE FAZER JUSTIÇA?

O assédio moral é julgado pela Justiça do Trabalho. A vítima quando opta por ir à Justiça Comum pode processar também de duas formas, na vara cível ou na vara criminal. Se escolher a criminal, apenas a pessoa física pode ser processada. Na esfera cível, a vítima pode acionar tanto a empresa quanto àquele que fez a provocação. Na maioria dos casos a vítima aciona a empresa, pois esse tipo de processo gera uma indenização por danos morais e a empresa possui na maioria dos casos mais recursos financeiros. Na esfera criminal e no caso de assédio moral, a pena é geralmente alternativa - multa ou prestação de serviço comunitário.

DENUNCIE

Apesar de o medo de retaliações impedir que muitas vítimas denunciem a prática do assédio moral, alguns casos de condenações recentes de grandes empresas no Brasil demonstram que é possível punir os agressores. Por isso, contamos a sua colaboração para darmos força a nossa mobilização de combate ao assédio moral durante a II Jornada. Caso você tenha sido vítima ou conhece um caso de assédio moral, conte para gente. Sua identificação será preservada e, caso queira dar prosseguimento à denúncia, colocaremos nossa assessoria jurídica a sua disposição. Conte conosco e vamos juntos enfrentar o assédio moral.

Confira os repasses do Fundeb

O Sindsep Caucaia publica abaixo as informações dos valores repassados pelo Governo Federal através do Fundeb para o município. Nos dados, acompanhamos comparativo dos deste ano com o anterior. Considerando os nove meses do ano vigente e comparando com o mesmo período de 2011, há o crescimento de apenas 2,65%. No mesmo período, o crescimento de 2010 para 2011 foi de 32,9%.

Ano	2011	2012
Mês	FUNDEB	FUNDEB
1	10.535.371,75	15.480.269,12
2	12.172.308,90	8.758.049,80
3	9.655.716,90	10.168.380,94
4	12.862.378,57	9.184.931,28
5	9.933.199,40	14.519.542,41
6	11.639.784,90	7.829.399,19
7	8.900.667,53	9.124.047,12
8	9.635.846,07	9.384.449,59
9	6.302.562,89	9.618.026,01
10	8.691.715,69	5.849.485,50
11	11.584.782,10	
12	13.588.057,05	
Total	125.502.391,75	99.916.580,96

Sindicato firma parceria para financiamento de Casa Própria



Minha Casa Minha Vida

Os servidores que não possuem casa própria em breve já poderão adquiri-la. O sindicato da categoria irá fechar parceria com construtoras e a Caixa Econômica Federal, que construirão condomínios financiados pelo Banco, dentro do programa Minha Casa Minha Vida. São apartamentos de dois quartos, sala de estar, cozinha, banheiro e área de serviço. A parceria faz parte do programa de gestão da atual diretoria do Sindicato, que desde o início trabalha para viabilizar o projeto das casas para servidores.

"Estamos finalizando um processo de estabelecimento de parceria e em breve conduziremos esse processo que vai trazer o sonho da casa própria e muita qualidade de vida para os nossos companheiros servidores" disse a presidenta do Sindicato. A entidade aguarda a finalização do processo com a prefeitura de Caucaia. Até o momento, já foi aprovado o financiamento, nesta parceria, de um condomínio no Icaraí, com 24 apartamentos, e estão previstos dois novos empreendimentos, sendo mais um no Icaraí, com 100 unidades, e outro em Jurema, com 150 unidades.



SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia



CUT CONFETAM

Edição 2 | Outubro/2012 | Contato: sindsep@sindsep.com.br - Jornalista Responsável: Rafael Mesquita (Mtb CE 2432 JP)

Servidores de Caucaia apresentam plataforma dos trabalhadores para as eleições 2012



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia (Sindsep) realizou, no dia 28 de setembro, I Colóquio Municipal Por um Município Decente e Democrático. Com presença dos trabalhadores do serviço do município, a entidade sindical apresentou a Plataforma elaborada pelos servidores públicos municipais de Caucaia. Nela, estão definidas demandas essenciais para garantir o trabalho decente e para a implantação de uma gestão participativa.

Durante o colóquio, o documento foi apresentado aos candidatos a prefeito pela diretoria do Sindsep.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Durante a mesa de abertura do evento, Enedina Soares, presidenta da FETAMCE e diretora do Sindsep, elogiou as

entidades pela grandeza do evento e enalteceu a liderança da Federação nesse processo de debate que pauta as eleições e que se espalha por todo o Ceará pelas mãos dos trabalhadores. "Os servidores são quem toca as políticas públicas, mas também os que mais sofrem após o período eleitoral. Caucaia viveu recentemente um caso muito complicado de desmonte, por isso, lutamos para que a garantia da dignidade, da organização e do respeito aos trabalhadores prevaleça depois do dia sete de outubro", completou.

Catarina Lima destacou, por sua vez, que "um município decente se constrói em parceria com a sociedade", sendo eventos desta natureza fundamentais para a evolução dos direitos e promoção da cidadania nas cidades cearenses.

A mesa contou também com a presença de Valdecy Alves, assessor jurídico do Sindsep e da FETAMCE, Carmen Sílvia, diretora de administração e finanças da CUT, e Pedro Cavalcanti, advogado do Sindsep.

PREFEITURA

Como único candidato a prefeito que atendeu ao convite do Sindsep, o atual administrador da cidade, que foi reeleito no dia sete de outubro, Dr. Washington, acompanhado do Deputado Federal Artur Bruno, elogiou a FETAMCE e ao Sindsep por terem a coragem de pautar as defesas dos trabalhadores e propor uma pauta cidadã para a administração municipal. Entretanto, o candidato assinou a proposta de plataforma do movimento dos servidores na manhã do dia seguinte, no dia 29 de setembro. "Caucaia não pode parar e vocês, servidores, são muito importantes neste processo", avaliou o prefeito.

Sindsep defende redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30hs semanais



O Sindsep Caucaia defende a implementação da Lei 12.317/2010, que estabelece a jornada de trabalho do assistente social em 30 horas semanais sem redução de salário e que alterou a Lei 8.662/1993, que regulamenta o exercício de todos os assistentes sociais do

Brasil. A sanção presidencial aconteceu no dia 26 de agosto de 2010, no Diário Oficial da União (DOU), porém, o Ministério do Planejamento ainda não regulamentou a

questão, que sofre resistência nos estados e municípios.

O Sindsep pretende apresentar também ação na justiça do trabalho, caso as negociações não avancem em Caucaia. "Esta é uma grande conquista dos/as assistentes sociais, defendida e articulada pelas entidades da categoria, como nós do Sindsep Caucaia", enfatiza Catarina Lima.

Acompanhe os repasses do Fundeb em Caucaia. O Sindsep Caucaia publica abaixo as informações dos valores repassados pelo Governo Federal através do Fundeb para o município. Nos dados, acompanhamos comparativo dos deste ano com o anterior nos nove primeiros meses. Chama a atenção o fato de que, considerando os nove meses do ano vigente e comparando com o mesmo período de 2011, há o crescimento de apenas 2,65%. No mesmo período, o crescimento de 2010 para 2011 foi de 32,9%.

Sindicato é pra lutar

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia (Sindsep) se orgulha de representar os servidores de Caucaia e saúda a cada um dos que fazem os serviços públicos, especialmente os professores desta cidade, no mês em que comemoramos o dia do servidor público e o dia do professor.

Atuando com independência frente aos governos, projetamos diariamente a necessidade de organização no local de trabalho, a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores contra a exploração praticada pelos empregadores — exploração que, no setor público municipal, assumiu proporções de um verdadeiro massacre —, e travamos a luta por um município decente e democrático, motor da cidadania.

Queremos uma Caucaia apontada para o seu povo, com trabalhadores valorizados. Estamos juntos e por Caucaia. Vamos à luta juntos!

Catarina Lima
Presidente do Sindsep

Trabalhadores conquistam Lei do Risco de Vida

Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres, perigosos, em contato permanente com substância tóxicas ou com risco de vida, em condições acima dos limites de tolerância, receberão uma gratificação de 20%, calculada sobre o vencimento base.

A conquista está contemplada na Lei Complementar Nº 07/2012, que foi sancionada no dia dois de abril de 2012 pelo prefeito Washington Luiz e representa uma demanda histórica dos trabalhadores do serviço público municipal de Caucaia.

Também conforme a Lei, servidores que trabalham com radiação, entendida como atividade de risco máximo, receberão gratificação de 40% sobre a remuneração.

“Mais do que um direito, o adicional por risco de vida representa uma segurança a mais para esses trabalhadores, que arriscam-se em atividades que garantem a qualidade de vida das pessoas. Parabéns aos servidores de Caucaia pela conquista”, afirma a presidenta Catarina Lima.

Sindsep investe em formação e mobilização sindical

O Sindicato dos Servidores tem investido em formação dos seus dirigentes, assim como integrado a luta por um município decente e democrático, participando das Marchas pelo Trabalho Decente, que este ano teve como tema o combate ao desmonte dos municípios, e o lançamento da Plataforma Estadual por um Município Decente e Democrático, ambos dirigidos pela FETAMCE.

A diretoria, em processo de discussão de estratégias para o segundo semestre, em breve lançará site para um maior e melhor contato com a base e prepara uma série de atividades de mobilização por local de trabalho, tendo em vista a apresentação do debate sobre organização dos trabalhadores e ampliar a participação de servidores nas mobilizações laborais dirigidas pelo Sindicato.

Quem tem direito à assessoria jurídica?

Os servidores sindicalizados e em dia com a contribuição sindical podem usufruir dos serviços de assessoria jurídica do Sindsep, com ações movidas por questões relativas a questões montadas nas relações de trabalho entre empregador e empregado. O atendimento jurídico pode ser solicitado através de contato por email ou telefone, basta agendar: sindsep@sindsep.com.br e (85) 3342-2324.

Conheça as conquistas da Campanha Salarial dos Servidores de Caucaia

Iniciada em dezembro de 2012, a Campanha dos servidores do município teve suas principais demandas atendidas, após pressão conjunta do Sindsep e da categoria



Diante de grande mobilização empreendida pelos servidores municipais de Caucaia, coordenadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caucaia (Sindsep), a Prefeitura atendeu às principais propostas dos trabalhadores apresentadas na Campanha Salarial Unificada 2012, após mais de seis meses de negociação.

NEGOCIAÇÕES COMPLICADAS

As negociações se arrastaram até meados de junho, com dificuldades declaradas pela administração local de cumprir a Lei Nacional do Piso do Magistério. O prefeito passou a não receber os trabalhadores e negou as propostas de reajuste salarial geral do serviço público, especialmente os professores, cujo piso mínimo este ano deve ser de R\$ 1.773,00 para o nível I (profissionais com Ensino Médio), conforme a legislação.

Após travamento das negociações, os trabalhadores aprovaram uma agenda de mobilização e pressão do executivo, incluindo a participação dos servidores do município na Paralisação Nacional do Magistério, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março, sem manifestações positivas da Prefeitura.

Sendo assim, os servidores deliberaram em assembléia, no dia 28 de março, instalar estado de greve em Caucaia e construir uma agenda de paralisações. Com isso, nos dias 30 de março e 03 de abril os servidores foram às ruas denunciar a insatisfação com a Prefeitura, paralisando os três turnos em vários órgãos.

PRESSÃO SURTE EFEITO

A pressão realizada surtiu efeito e uma Comissão formada por membros do Sindicato e um representante de cada um dos ramos profissionais contemplados no serviço público foram recebidos pelo Prefeito Washington Luiz, o Secretário de Finanças, Dr. Ramiro, e o Secretário de Educação, Ambrósio Ferreira Lima.

Na reunião, o município ofereceu reajuste geral de 6,7% para todas as ramos profissionais e, finalmente, avançou nas pautas específicas.

CONQUISTAS NA EDUCAÇÃO

O prefeito Washington Luiz assegurou o rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) sobressalentes de 2011 (recurso dos

40% não utilizados no exercício anterior), no valor de R\$ 12 milhões, resultando em bonificação no valor de 3 vezes o vencimento base dos professores.

Criado em 2011, o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) do Magistério está em fase de implementação, tendo como um dos benefícios iniciais a possibilidade de progressões horizontais, a serem concedidas pelo mérito das suas atividades, onde o docente deve apresentar, no período citado, atividades de pesquisa, ensino, extensão e administração. “O Plano mostra que é possível e viável a valorização da carreira docente, saindo de um cenário que não valorizava a formação do educador e nem dava vistas à sua progressão, mesmo com algumas críticas ao plano, baseadas na questão da remuneração base, pelo não estabelecimento de patamares conforme a Lei do Piso para o cálculo dos percentuais de aumento anuais, não podemos deixar de assumir seus avanços”, reconhece Enedina Soares, direito de finanças. Para a implantação do Plano, foi criada uma Comissão de



Implementação, formada por quatro integrantes do Sindicato e 5 do Governo de Caucaia, que começa a trabalhar.

Ainda sobre as conquistas da Campanha, houve também o atendimento da licença prêmio em pecúnia e a ampliação para 70% da gratificação do professores concursados que ocupam cargo comissionado. A prefeitura atendeu ainda a sugestão dos trabalhadores, delibera em assembleia, de converter os recursos que seriam destinados à compra de notebooks pela Prefeitura em forma de conquistas salariais. Com isso, foi formalizada a ajuda de custo para deslocamento sem ônus para o professor, mas, ainda sim, a entidade sindical luta para que sejam oferecidos também os computadores. “Quanto a ajuda de custo para transporte, conseguimos avançar até este ponto, mas nossa luta é maior, desejamos o valor integral”, comenta Catarina.

Finalmente, sobre o reajuste salarial do magistério, foi assegurado o mesmo patamar de crescimento dos salários das demais categorias, ficando em 6,7%, diante dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nos Municípios (LRF), segundo o executivo municipal. O Sindicato argumenta que esse foi o maior retrocesso da educação no município, que tinha benefício 14,5% maior que o piso do Ministério da Educação em 2011, estando hoje em apenas R\$1.451,00. “Nós éramos referência para o Brasil ao pagar o piso conforme o texto integral da Lei do Piso e agora temos o piso contestado por trabalhadores de todo o Brasil, que o Governo segue afirmando ser o correto”, argumenta

Catarina Lima.

“Luta continua”

Para os servidores, ainda existe a demanda de ganhos salariais reais, que levará a continuidade da mobilização e da pressão sobre o executivo, assim como o estabelecimento de piso salarial para todas as categorias profissionais e a possibilidade de progressão em todas elas. “A luta continua, pois só descansaremos quando os desejos dos trabalhadores de ganhos reais e garantias profissionais forem atendidos”, completa Catarina.

CONQUISTAS NA SAÚDE



No ramo da saúde, o Sindsep conseguiu assegurar, no embate com o município, a efetivação da gratificação insalubridade para os profissionais dos serviços gerais dos postos de saúde e hospitais, considerando que o Sindicato foi vitorioso ainda em processo movido contra a administração pública para o pagamento dos 40% adicionais aos salários de profissionais da radiologia, que atuam nos serviços de Raio X dos equipamentos públicos de saúde, que não vinham sendo pagos.

O Sindicato conseguiu notificar a utilização e estabelecer que os postos de saúde e hospitais locais adotem por completo os equipamentos de proteção individual, que tem o seu uso regulamentado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em sua Norma Regulamentadora nº6 (NR nº6). A medida foi tomada em parceria com o Ministério Público do Estado do Ceará, que acolheu denúncia da entidade sindical, notificando a prefeitura. Entre os equipamentos estão os protetores faciais destinados à proteção dos olhos e da face; óculos de segurança para trabalhos que possam causar ferimentos, irritação nos olhos, e outras lesões, assim como coletes e demais usados tradicionalmente, como luvas e vestimentas adequadas. O Sindsep vem fiscalizando o cumprimento da medida e incentivando os servidores a denunciar quando os órgãos não oferecem os itens citados.

A representação laboral cobrou e acompanhou o pagamento da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores com ensino superior das secretarias de Saúde, Trabalho e Emprego e Assistência Social. A Lei, fruto da pressão do SINDSEP e das categorias organizadas no serviço público local, institui as carreiras de nível especializado dos grupos da saúde, do trabalho e emprego e da assistência social.